



Caminhos para o conhecimento: dos paradigmas das ciências modernas às processualidades da cartografia como método de pesquisa para a comunicação¹

Lisiane Machado Aguiar²
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

RESUMO

O artigo tem como objetivo oferecer algumas articulações sobre os paradigmas que foram se desenvolvendo a partir da constituição das ciências modernas; busca refletir o que seja um paradigma por meio das formulações de Thomas Kuhn e Isabelle Stengers. Para isso, aciona três paradigmas considerados essenciais para avançar a discussão sobre os caminhos da produção de conhecimento no campo da comunicação: a representação de um objeto, a rigidez metodológica e a separação entre o sujeito e o objeto. A seleção desses três paradigmas se deve ao fato de se entender que na comunicação são os principais engessadores para se pensar a investigação não como uma representação, mas como um processo. Deste modo, busco na processualidade da cartografia³ uma alternativa de método de pesquisa para o campo da comunicação.

Palavras-chave: paradigma; ciências modernas; processualidade; cartografia; método.

A constituição das Ciências Modernas

A concepção de uma pesquisa como representação de um objeto surge no Ocidente, beneficiando a transferência do eixo regido pela religião, central nas sociedades tradicionais, para o eixo razão, sustentado no Renascimento⁴. Nessa mudança, a ciência passa a ser fundamentada em leis, empregada pelo homem de forma determinista, objetivada, matematizada, apropriando-se do lugar ocupado por Deus, uma vez que os fenômenos naturais e sociais eram apreendidos, até então, por explicações divinas.

A grande diferença desse deslocamento na Idade Média para se pensar a ciência não pelo prisma dos filósofos gregos - apesar deles terem sido os primeiros a refletir sobre a distinção entre o conhecimento vulgar e o saber científico - era o fato deles

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 17 a 19 de maio de 2010.

² Bolsista de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Membro do Grupo de pesquisa Audiovisualidades (GPAV) e do Grupo de Pesquisa em processos comunicacionais: epistemologia, mediação, mediações e recepção (PROCESSOCOM). E-mail: lisiaguair@gmail.com

³ A relevância da cartografia como processo teórico-metodológico destinado à comunicação vem se constituindo recentemente como uma via alternativa para estudar o audiovisual por diferentes perspectivas. Antes disso, a cartografia como método já se revelava na psicanálise e na educação com mais intensidade.

⁴ Segundo Nísia Rosário “na passagem da Antiguidade para a Modernidade, instala-se um *entre*, uma *dobra*: o Renascimento. Se na Antiguidade imperava o poder da Igreja e a crença nas explicações mitológicas, no Renascimento os dogmas da Igreja perderam relativamente sua força, prevalecendo a liberdade de criação, que oferecia múltiplos olhares e percursos”. (2008, p. 197).



compreenderem uma investigação, simplesmente, pelo raciocínio puro descartando a experiência e a observação. Somente a partir dessa compreensão é que se constitui uma ciência ao mesmo tempo quantitativa e experimental da natureza. Desde essa época os conceitos de “científico” e de “ciência” passam a ser pensados pela existência de um método que garanta a exatidão dos conhecimentos adquiridos, bem como sua aplicabilidade e progressividade.

Desse modo, a característica distintiva mais evidente entre o conhecimento filosófico e o conhecimento científico está na passagem da ciência do universal para o desenvolvimento das ciências particulares. Para a formação das ciências modernas foi necessário ultrapassar, principalmente, dois intercessores filosóficos: o pensamento platônico e o aristotélico, que afirmavam existir apenas a ciência do universal, na qual era possível chegar a uma verdade absoluta, simplesmente, através da razão.

A intenção em apresentar brevemente as reflexões de Platão e Aristóteles não é de questionar ou debater, mas tentar mostrar a partir de que via eles concebiam a ciência como universal. No seu diálogo *Teeteto*⁵, Platão analisa e conclui que a ciência é o domínio da verdade, o conhecimento em contato imediato com a realidade, mas não através da experiência empírica como fonte e critério de julgamento do conhecimento, pois para ele a percepção sensorial confunde, proporciona apenas indícios abstratos da realidade. Essa realidade possui uma essência superior constituído de formas e ideias que são eternas. Assim, os sentidos são desvalorizados porque reproduziriam apenas singularidades. Dessa forma, para Platão não há ciência particular, apenas universal.

Já Aristóteles, discípulo de Platão, embora concordasse com ele quanto à ciência do universal, foi o primeiro filósofo a eliminar o mundo platônico de desvalorização dos sentidos. Para Aristóteles, de acordo com Köche, “a ciência é produto de uma elaboração do entendimento em íntima colaboração com a experiência sensível” (2003, p. 46). Assim, o método aristotélico consiste num processo de abstração indutiva das sensações que após serem entendidas racionalmente devem ser desconsideradas as particularidades individualizadas da observação, para, em seguida, postular seus princípios universais. Para isso, Aristóteles, bem como Platão, dispensa a experimentação ou segue um sistema como procedimento científico.

Dessa maneira, por muito tempo a Ciência e a Filosofia confundiram-se entre si, constituindo-se em uma única linha de conhecimento. Foi somente a partir do século

⁵ Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000068.pdf>> Acessado em 16 dez. 2009.



XVI, que os cientistas buscaram, com a experimentação, uma observação mais objetiva e aperfeiçoada para superar as verdades postuladas pelos gregos e por todo o dogmatismo religioso. Os principais Renascentistas, fundadores da ciência moderna, que superaram o modelo Aristotélico – e que são destacados pelos autores estudados para esse artigo⁶ – foram Francis Bacon (1561-1626), Galileu Galilei (1564-1642) e René Descartes (1596-1650).

Bacon propôs um método em que o verdadeiro caminho era o da indução, na qual toda a observação deveria ser sistematizada pela experimentação. Contudo, foi Galileu quem mais afastou os elementos subjetivos do âmbito do conhecimento científico. Insistia na necessidade de elaborar hipótese e submetê-las a provas experimentais. Segundo Lakatos e Marconi (1991) o método de Galileu pode ser descrito como indução experimental, chegando-se a uma lei geral por meio da observação de casos particulares. Já Descartes afasta-se dos processos indutivos e cria um método dedutivo. Com sua obra, *Discurso do método* (2004) ele propõe que o princípio do conhecimento é a razão. Assim, indica quatro regras do método. A primeira é de não aceitar nada como verdadeiro sem antes passar pela razão. A segunda é de dividir as dificuldades em tantas partes simples quanto possíveis para melhor resolvê-las. Terceiro, após realizar a simplificação do ponto de vista, os pensamentos devem ser ordenados logicamente. Quarto, o processo pode ser retomado por outras pessoas, logo nada deve ser omitido, de modo que as contribuições e objeções de todos possam ser levadas em consideração. Consequentemente, para se chegar a uma certeza seria possível somente através da lógica.

Podemos observar que após a superação do pensamento filosófico para se pensar o conhecimento, os cientistas passam a desenvolver métodos que provém do empirismo e do racionalismo. Conforme Santaella (2001) as primeiras formulações sobre o fundamento do conhecimento surgiram “na oposição entre o racionalismo, associado principalmente aos nomes de Descartes e Leibniz, de um lado, e o empiricismo, de outro, ligado aos nomes de F. Bacon e dos ingleses Locke e Hobbes, culminando no empiricismo radical de Hume”. (2001, p. 107).

⁶ As contribuições para a constituição das ciências modernas também contam com nomes como: Nicolau Copérnico (1473-1543), Johannes Kepler (1571-1628), Isaac Newton (1642-1727) e, entre outros. A opção de selecionar apenas três para o presente texto é de mostrar como o método foi pensado a partir da perspectiva da experimentação. Esses nomes são citados nas obras de Köche (2003), Stengers (2002), Feyerabend (2007), Kuhn (2001), Santaella (2001), Lakatos e Marconi (2001).



Temos, assim, um paralelismo entre o empirismo e o racionalismo no âmbito da ciência. Ambos buscam alcançar a verdade, porém os pontos de partida são opostos. O primeiro, parte da observação dos fatos particulares e depois das hipóteses a confirmar, ou seja, na origem dos fatos através do método indutivo. O segundo, parte da dedução, da razão, de uma generalização para chegar a casos concretos. Assim, há entre esses métodos uma inversão de procedimentos que versa sobre o ponto de partida e o caminho a seguir para alcançar o conhecimento. Contudo, em ambos há uma separação entre o sujeito e o objeto.

De acordo com Stengers (2002) isso ocorreu como uma forma de evitar invenções ou ficções do cientista. Por meio de um método científico o sujeito que realiza uma pesquisa se abstém para que o saber possa ser validado como verdadeiro e de modo coletivo. Para a autora, o que confere singularidade à essa fase é a invenção do dispositivo experimental. Através desse dispositivo o cientista busca separar sujeito e objeto para que os resultados sejam aceitos pela comunidade científica. Com isso, a ciência moderna inventa métodos de produção de conhecimento, mas que encobrem sua origem criativa.

É buscando superar essa epistemologia⁷ fundada em um modelo científico contínuo, sem rupturas, contada como uma história linear, que autores das mais diversas áreas buscam por outras perspectivas compreender conhecimentos antes dados por explicados.

Por isso, a partir dos autores que fundamentam esse artigo podemos encontrar uma epistemologia instituída em diversas dimensões do conhecimento como: na racionalidade lógica, de Karl Popper, Ludwig Wittgenstein, Pierre Duhem, Bertrand Russell e de integrantes do Círculo de Viena⁸. Ou numa epistemologia fundada na tendência histórica tendo como principais representantes Thomas Kuhn, Imre Lakatos, Paul Feyerabend, Gaston Bachelard, Alexandre Koyré, Georges Canguilhem, Michel Foucault. Contudo, além dessas duas dimensões mais visíveis há também outras em que importantes pensadores aparecem como Bruno Latour, Isabelle Stengers, Ilya Prigogine, Jürgen Habermas, Jean Piaget, Edgar Morin, Humberto Maturana e Francisco Varela,

⁷ Pensada aqui como teoria do conhecimento, que estuda criticamente os princípios, as hipóteses e os resultados das ciências já constituídas.

⁸ Segundo Stengers (2002), o Círculo de Viena ficou conhecido por sua filosofia baseada no positivismo lógico, na qual uma boa teoria científica deveria vincular-se às leis empíricas e ter como objetivo esclarecê-las. Desse modo, a verificabilidade torna-se critério para um método ser ou não científico. Alguns membros foram Rudolf Carnap, Herbert Feigl, Philipp Frank e outros. Embora Popper não tenha colaborado diretamente com o Círculo de Viena, manteve contato com alguns de seus principais participantes por meio de suas críticas.



apenas para citar alguns nomes e de modo algum esgotar a lista daqueles que fazem um estudo das teorias do conhecimento.

A partir desses pensadores contemporâneos alguns parâmetros já legitimados pela ciência moderna como a noção de método, metodologia, representação do objeto e a separação entre sujeito e objeto passam a ser questionadas. Desse modo, até o momento procurei apresentar como alguns paradigmas foram se desenvolvendo a partir da “invenção”⁹ das ciências modernas. No entanto, é importante perguntar: “*o que é um paradigma?*”

O que é um paradigma?

A resposta poderia ser ensaiada a partir de diversos prismas. Porém, se sustentada por seu uso já estabelecido, a solução mais exata e racional seria responder que é um modelo ou um padrão. Contudo, se questionando dogmas já consagrados e observando o desenvolvimento da ciência não como um amontoado sequencial de dados gnosiológicos, mas como um processo marcado por transformações do pensamento podemos encontrar importantes contribuições na reflexão de Thomas Samuel Kuhn (2001) e Isabelle Stengers (2002)¹⁰ que defendem que os processos não seguem uma continuidade linear, mas são feitos de rupturas permitindo, com isso, diferentes considerações a respeito da concepção de paradigma.

Segundo Kuhn, paradigmas¹¹ são as “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (2001, p. 13). Contudo, Kuhn mostra que o sentido de “modelo” ou “padrão” não pode ser o mesmo que normalmente é empregado para definir o sentido de paradigma, pois ele observa que “na ciência, um paradigma raramente é suscetível de reprodução” (2001, p. 44). O que ocorre é que o paradigma nas ciências está relacionado ao *status* de sucesso que um *modelo*¹² pode obter para solucionar problemas e se destacar de seus concorrentes que não conseguiram

⁹ Conforme aponta Isabelle Stengers (2002) no livro *A Invenção das Ciências Modernas*.

¹⁰ A própria formação dos autores mostra trajetórias marcadas por uma descontinuidade acadêmica. Thomas Kuhn ex-físico teórico convertido em historiador e filósofo da ciência. Isabelle Stengers química que se doutorou em filosofia da ciência.

¹¹ De acordo com Margaret Masterman (1979) a definição de paradigma de Kuhn é bastante imprecisa, pois ela consegue enumerar vinte e um sentidos distintos em seu livro *A estrutura das revoluções científicas*.

¹² A palavra modelo é usada para referir-se aos exemplos dados por Kuhn de descobertas de sucesso que se tornaram paradigmas para a pesquisa de determinado campo como o emprego da balança de Lavoisier ou a matematização do campo eletromagnético desenvolvida por Maxwell.



a mesma notoriedade. Dessa forma, o modelo que alcançou o maior êxito passa a ser seguido e atualizado de diversas formas ampliando-se os conhecimentos inicialmente legitimados, mas sempre em torno do mesmo paradigma.

As contradições internas geradas em torno dos pressupostos já aceitos, entretanto, podem gerar novas perspectivas de interpretação, possibilitando uma lapidação depois do estabelecimento dos paradigmas. Essa operação de limpeza, segundo o próprio Kuhn (2001, p. 45) é o que ele define como *ciência normal*.

A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; frequentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros. Em vez disso, a pesquisa científica normal está dirigida à articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidas pelo paradigma.

Conseqüentemente, a *ciência normal* inicia uma fase que supera a *pré-paradigmática*¹³. Resume, por assim dizer, uma fase em que uma disciplina ao adquirir um paradigma se torna científica. Assim, segundo Kuhn a *ciência normal* é uma atividade que busca solucionar quebra-cabeças e que tem como objetivo “a ampliação contínua do alcance e da precisão do conhecimento científico”. (2001, p.77). Contudo, tal conceito não se propõe a descobrir novidades no campo dos fatos ou teorias, o que ocorre é que, quando quebra-cabeças aparecem sem solução, surgem, segundo Kuhn, anomalias.

Essas anomalias vão se multiplicando e apesar dos esforços de resistir e encontrar recursos que mudem esse quadro acaba instalando-se um período de divergências sobre o paradigma adotado. Porém, a possibilidade de substituição do paradigma vigente só ocorre se surgir outro que seja superior a ele em todos os aspectos e que ganhe a adesão dos membros da comunidade científica. A ocorrência disso leva ao que Kuhn chama de *revolução científica*. Portanto, para a evolução de uma ciência é necessário que haja fases de desenvolvimento e rupturas revolucionárias. Essa perspectiva ajudou a compreender as mudanças de conhecimento, até então legitimadas por uma comunidade científica.

Todavia, Stengers avalia que a noção de paradigma desenvolvida por Kuhn envolve um descompasso que “remete à imagem reducionista que assimila a uma simples norma profissional institucionalizada, uma convenção puramente humana que

¹³ Essa fase representa a pré-história de uma ciência normal, na qual uma determinada disciplina ainda não havia alcançado o estatuto de *científica*, pois não tinha um paradigma, o que constituía uma ampla divergência entre os pesquisadores.



se impõe com dogmatismo ao perseguir e sufocar a lucidez e o espírito crítico” (2002, p. 63). Inicia assim, a crítica que Stengers faz a Kuhn e a qual intitula “*O ajuste do paradigma*”, em que relata que Kuhn desempenha um importante papel no âmbito das ciências, mas que igualmente sucitou com sua obra¹⁴ uma reação divergente entre os cientistas, de um lado, e os filósofos epistemólogos, de outro.

Stengers explica que os cientistas receberam bem a obra de Kuhn não somente pela autonomia das comunidades científicas que ele preservou, mas também pela própria conexão que ele estabeleceu entre essa “autonomia e a impossibilidade de reduzir o paradigma a uma leitura sociológica ou psicológica qualquer” (2002, p. 63). Desse modo, os filósofos da ciência manifestaram profundo descontentamento, pois isso insinuou que toda a ciência que não provém de um paradigma não passa de uma pretensão ideológica.

Já os cientistas que submetem-se ao paradigma de sua comunidade não são encarados por Kuhn como um problema, pois para ele é através dessa subordinação que devemos o que chamamos de “progresso científico”. Portanto, segundo Kuhn, os cientistas que pertencem a uma disciplina sem paradigma acabam desentendendo-se entre si ou acusando-se mutuamente de desvios ideológicos.

Contudo, foi Kuhn que desviou-se de seu projeto original, pois ele “propõe um paradigma ao historiador e ao filósofo das ciências, e portanto ele não tem, de acordo com seus próprios termos, o direito de pretender descrever as ciências ‘tais como são’.” (STENGERS, 2002, p. 13).

Logo, para Stengers a

novidade na obra de Thomas Kuhn é portanto bem relativa. Reside antes de mais nada na explicitação da divergência entre os interesses dos cientistas e os dos filósofos das ciências. Os primeiros não têm qualquer necessidade de passar pela defesa e esclarecimento da racionalidade das ciências para reivindicar a iniciativa nas questões e a exclusividade nos julgamentos de valor e de prioridade. Os outros perdem por conseguinte todo *status* privilegiado: não são nem árbitros nem testemunhas, não são sequer aqueles que saberiam deslindar as normas que funcionam implicitamente no interior das ciências e que permitem distinguir ciência e não-ciência. (2002, p. 17).

É a partir desse descompasso que quero tomar como ponto de partida outra perspectiva, a de que se por um lado a noção de “revolução paradigmática” – na qual um paradigma substitui o outro – ajuda a contar a história de suas disciplinas sistêmicas, por outro, as ciências humanas, igualmente, buscaram paradigmas que permitissem narrar a sua história. Entretanto, se antes um paradigma que era superado por outro

¹⁴ Principalmente com *A Estrutura das Revoluções Científicas*, publicada originalmente em 1962.



possibilitava uma “revolução científica”, proponho que atualmente possamos pensar em uma “desmistificação” de paradigmas que engessam a pesquisa.

Essa desmistificação pode ser feita por diversas vias, nesse texto escolho um percurso que busca considerar a ruptura de três paradigmas que, no campo da comunicação, engessam as processualidades: *a representação de um objeto, a rigidez metodológica e a separação entre o sujeito e o objeto*. Procuro desenvolver a reflexão na relação entre tais paradigmas e as processualidades cartográficas, uma vez que entendo a cartografia como um método que permite que o processo seja construído na trajetória da pesquisa.

Desmistificando três paradigmas

Tendo em vista as pesquisas em Comunicação, principalmente as que ainda seguem modelos paradigmáticos, muitas observam seus objetos unicamente por uma via. Seguindo o paradigma de *representar o objeto*, adotam uma perspectiva determinista que o isola das diversas conexões que poderiam existir, ou seja, para tentar compreender as processualidades do objeto, acabam separando o processo em eixos específicos. Por exemplo, ou focam nos *processos de produção*, ou na *recepção*, ou na *interação social sobre a mídia*. (Braga, 2006).

Contudo, é possível que tal investigação seja desenvolvida a partir de uma processualidade ampla, ou seja, é importante, como afirma Braga “pensar que os processos geram estruturas tanto quanto as estruturas se realizam em processos” (2006, p.30). Dessa forma, é importante não estagnar na perspectiva de que, estudando as estruturas, é possível identificar os processos que são desenvolvidos, pois é na observação dos processos em ação que melhor compreende-se a própria formação das estruturas.

Assim, é possível desenvolver uma pesquisa investigando não somente um objeto, mas os próprios processos. Para isso, pensar em investigação de processos é necessário que se faça uma observação, já que a palavra processo, segundo Barros e Kastrup (2009), possui dois sentidos muito diferentes que podem remeter tanto à noção de processamento quanto a de processualidade.

Para as autoras a ideia de processamento no desenvolvimento de uma pesquisa esta relacionada somente como uma coleta de dados e análise de informação. Assim, os dados são processados a partir de regras lógicas, que são em última análise, as regras do método que surgem segundo Howard Becker (1994) com um caráter



predominantemente proselitizante¹⁵. Para ele, há uma propensão muito forte dos metodólogos a apregoar uma “maneira certa” de fazer as coisas.

Se por outro lado, compreendemos o processo como processualidade, ela está presente em cada momento da pesquisa. A processualidade se faz presente nos avanços e nas paradas, em campo, em letras e linhas, na escrita, em nós. Ou seja, a partir do reconhecimento de que o tempo todo estamos em processo, em obra. Dessa forma, Gomes (2008), evidencia a discussão proposta por Jesús Martín Barbero, na qual “é necessário passar dos meios às mediações. Ou então, é necessário perder o objeto para ganhar o processo” (p. 19).

Nesse sentido, pensando a questão da *rigidez metodológica*, a cartografia reverte com os sentidos tradicionais de método e de obtenção de conhecimento. “Não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça no percurso suas metas” (PASSOS e BARROS, 2009, p. 17). Dessa forma, a pesquisa cartográfica não segue o ponto de vista tradicional do método - concebido pela ciência dura, que se propõe a seguir um percurso previamente determinado por regras rígidas em procura de uma verdade absoluta -, mas busca traçar um percurso enquanto o vai percorrendo.

Para compreender essa inversão metodológica a qual a cartografia propõe, é necessário recuperar aportes teóricos que constituem o conceito de método. Contudo, na comunicação muitas das definições sobre o que seja o método e metodologia ainda ficam muito na esteira da dicotomia e da prática. Por isso, adoto a perspectiva de Edgar Morin, em que simplesmente e “originalmente, a palavra método significava caminhada” (p. 36), mas na qual “é preciso aceitar caminhar sem um caminho, fazer o caminho enquanto se caminha” (p. 36). Dessa forma, delinheiro sucintamente os elementos fundantes do que seja método e metodologia. Assim, penso *método* não como uma técnica como o fez a ciência, mas como um *processo*. A *metodologia*, mais do que o estudo dos métodos, mas como um conjunto de *procedimentos* desenvolvidos por determinado método no decorrer da pesquisa.

O método livre da rigidez pode ser pensado como um processo, pois segundo o próprio Morin, “o método só pode se construir durante a pesquisa; ele só pode emanar e se formular depois, no momento em que o termo transforma-se em um novo ponto de partida, desta vez dotado de método” (2003, p. 36).

¹⁵ Becker associa às religiões proselitizantes para dizer que a metodologia passa a ser encarada como uma salvação, na qual sem ela “Deus não estará ao seu lado”.



O método para Morin, portanto, “se opõe a conceituação dita ‘metodológica’ em que ela é reduzida a receitas e técnicas”. (2003, p. 36).

Como método o método cartesiano, ele deve inspirar-se de um princípio fundamental ou paradigma. Mas a diferença é justamente paradigma. Não se trata mais de obedecer um princípio de ordem (eliminando a desordem), de claridade (eliminando o obscuro), de distinção (eliminando as aderências, as participações e as comunicações, de disjunção (excluindo o sujeito, a antinomia, a complexidade), ou seja, obedecer a um princípio que liga a ciência à simplificação lógica. Trata-se ao contrário, de ligar o que estava separado através de um princípio de complexidade.

“Fazer revolução por todas as partes”: assim falava Sainte-Beuve do método cartesiano. **É que Descartes havia formulado o grande paradigma que iria dominar o Ocidente, a separação de sujeito e o objeto, de espírito e matéria, a oposição entre homem e natureza.** (2003, p. 37-38, grifo nosso).

Desse modo as disciplinas do pensamento social, desde o final do século dezanove, buscam na rigidez epistemológica, inspiradas no método cartesiano uma maneira de alcançar a verdade absoluta. Com isso, perdem a ênfase no processo e focam no resultado *separando o sujeito e objeto do conhecimento*.

No contexto da ciência moderna, a distinção entre sujeito e objeto existe para garantir que o saber produzido possa ser validado de modo coletivo, pela comunidade científica. Para Muniz Sodré:

a rigidez metodológica, quer nas ciências da natureza, quer nas ciências sociais, é característica de um paradigma epistemológico em que a distância intransponível entre sujeito e objeto de conhecimento permitia um processo de costura da hipótese à experiência laboratorial supostamente universal, por meio de um caminho denominado método”. (2003, p. 305).

Desse modo, o método só pode ser um processo se pensarmos, assim como Morin (2003), “em fazer o caminho enquanto se caminha”, mas, igualmente, se o sujeito não se afastar do seu objeto. De acordo com Jaques Marre, o cientista (e mais ainda o pesquisador empírico) “é antes de tudo aquele que recomeça. É aquele que para fazer progredir a ciência, renuncia às grandes filosofias do devir histórico, para se instalar na descontinuidade, na ruptura, no corte epistemológico a ser operado” (1991, p. 4). Dessa forma, é possível defender que o sujeito, inevitavelmente, também faz parte da processualidade da pesquisa, por que é através do seu olhar (único), das suas percepções, das suas afecções que a pesquisa vai se constituir e os métodos serão desenvolvidos.

Assim, não se trata de dizer apenas que as representações do método alteraram-se historicamente, mas que o próprio método, em sua materialidade, é necessariamente enredado na complexa teia histórica da qual faz parte. Em outras palavras, defendo que



o modo pelo qual vemos, sentimos ou prestamos atenção em algo depende em grande parte das condições histórico, contextuais e culturais que nos encontramos.

No entanto, a contribuição histórica não está na sua reconstrução sequencial, mas numa leitura transversal dessas grandes descontinuidades. Foi exatamente, o que o epistemólogo Paul K. Feyerabend nos apresentou, no início dos anos setenta: uma ruptura com o modo de pensar as teorias do conhecimento. Elaborou uma crítica ao método científico. Feyerabend afirma que ao realizar uma investigação não se deve perder o sentimento anárquico que cada indivíduo traz latente dentro de si, pois é esse sentimento que enriquece o trabalho, não deixando que todas as pesquisas sejam conduzidas da mesma maneira e com um final premeditado. Fica claro, então, “que a idéia de um método fixo ou de uma teoria fixa da racionalidade baseia-se em uma concepção demasiado ingênua do homem e de suas circunstâncias sociais” (2007, p. 42).

Se para Popper, a investigação científica inicia com um problema e avança resolvendo-o, para Feyerabend “essa caracterização não leva em conta que os problemas podem ser erradamente formulados, que se pode investigar acerca de propriedades de coisas e processos que visões posteriores declararão não existentes” (2007, p. 401), ou seja, problemas dessa ordem não são resolvidos, mas dissolvidos do domínio de uma investigação.

Assim, o método utilizado em uma pesquisa é, sem dúvida, o alicerce de um trabalho, pois sem ela não existe investigação e se torna mais difícil ao pesquisador responder aos seus problemas. Contudo, Feyerabend afirma que o verdadeiro problema não está na visualização de uma possível resposta, desde o início de sua formulação, pois o que torna uma pesquisa rica são os percursos que o investigador realiza.

A ciência está em constante movimento de transformação, não apenas fazendo seus enunciados, mas criando novos problemas e exigindo práticas originais de investigação. É nesse contexto que surge a proposta do método da cartografia, que tem como desafio desenvolver práticas de acompanhamento de processos.

Cartografia: um processo de produção de conhecimento

A cartografia não busca estabelecer desde o início um caminho linear. Ao contrário de outros métodos que oferecem um modelo orientador, ou seja, que direcionam o pesquisador a seguir determinado caminho – e nele previamente mostram



um início, um meio e um fim possíveis de serem adotados –, a cartografia não traça uma técnica padrão que pode ser pré-determinada desde o início da investigação.

Quando o cartógrafo entra em campo já há processos em curso. A pesquisa requer a habitação de um território diferente que, em princípio ele não habita. Nessa medida, a cartografia se aproxima da pesquisa de modo geral, já que ao colocar-se em contato com seu objeto – qualquer que ele seja – o pesquisador passa a habitar uma nova região. Assim, a cartografia propõe um debate e um percurso metodológico que vai se formando na medida em que o pesquisador se defronta com o objeto estudado, permitindo, dessa forma, a constituição de um olhar comprometido com o conhecimento, por meio do qual toda teoria a respeito de um assunto passaria a ser instrumentalizada pelo pesquisador através da observação e da experiência de contato que ele tem com o seu objeto de estudo. Deste modo, o investigador, no processo metodológico, vai processando novos territórios e percorrendo outros caminhos que ampliam os conhecimentos desse sujeito. Nesse sentido, não há o distanciamento dele do seu objeto, o que ocorre é um novo processo de produção de conhecimento.

A possibilidade de se produzir conhecimento tendo nas mãos apenas uma “pesquisa-devir” se deve também ao olhar subjetivo do sujeito. Quando Deleuze e Guattari (1995) falam que somos atravessados por linhas, meridianos, mas que igualmente elas se cruzam, pode-se pensar que, do mesmo modo que podemos construir e formar algo, esse algo não é estático, mas sim dinâmico e depende das percepções, afetos e sensações do cartógrafo.

Contudo, é necessário treinar o olhar para a coerência conceitual, ou ainda de acordo com Oliveira a primeira experiência do pesquisador de campo deve estar na “domesticação teórica de seu olhar” (1996, p. 150). Isso porque, o objeto já foi previamente alterado pelo próprio modo de observá-lo através de um prisma teórico. Oliveira alerta para o fato de que isso não é exclusivo do olhar, uma vez que está presente em todo processo de conhecimento, envolvendo também todos os atos cognitivos. O tipo de atividade e o grau de envolvimento variam, mas deve existir um rigor no sentido de evitar que a pesquisa cartográfica seja apenas um amontoado de percepções vivenciadas pelo sujeito sem gerar novas visões e possibilidades reflexivas. Logo, o percurso metodológico se torna o grande norteador reflexivo em uma pesquisa.

A cartografia assume, desse modo, grande importância na pesquisa, pois o que se espera não é apenas uma “coleta de dados”, mas a possibilidade de produzir em cima dos dados já existentes. A coleta de dados pode ser pensada em paralelo ao conceito de



processamento enquanto que a *processualidade* se atualiza por um procedimento de diferenciação e produção em cima de algo já existente. Assim, o que existe é um processo de produção de conhecimento. É a produção de “algo que já estava lá”, que se comporta como a atualização de uma virtualidade.

Desse modo, a grande questão do cartógrafo, de manter sistematicamente os pensamentos em constante revigoração, é saber o momento certo de diminuir o movimento para observar o que está em processo. Nesse sentido, a atenção lançada sobre a pesquisa deve evitar dois extremos: o relaxamento passivo e a rigidez controlada. É nesta mesma direção que Deleuze e Guattari (1995) sublinham que a cartografia não é uma *competência*, mas uma *performance*.

O olhar cartográfico se produz de intensidades, encontros em circuitos que possibilitam, a partir da experiência de observar o objeto, produzir territórios de sentidos e de novos conhecimentos. É esse processo que permitirá a compreensão das interrelações constituídas entre os eixos principais de uma pesquisa.

Segundo a professora Cynthia Farina a cartografia deve investigar processualmente:

Esse método de pesquisa não pretende apreender ou imobilizar ditos movimentos, mas pensar seus efeitos enquanto eles acontecem, como também seus rastros pelo terreno. É um método em processo de criação afinado com seu objeto de investigação, quando esse objeto é processual como os processos de formação da subjetividade. (2007, p. 4).

A cartografia busca, em diferentes regiões, as especificidades para compor um olhar, ou seja, não visa construir um mapa que sirva de guia para todos os olhares - até porque cada olhar é único e muda com as vivências do observador – mas, nesse caso busca perceber as dinâmicas, os fluxos e as intensidades que se mostram nos objetos.

É importante pontuar a experiência cartográfica como uma busca pelo aprofundamento do modo de olhar o objeto e de fazer pesquisa. A cartografia desmistifica fórmulas prontas. É necessário refletir que ela não é um método pronto e fechado para se aplicar numa pesquisa, mas sim uma deriva metodológica, que vai sendo construída a partir dos diversos trajetos que o sujeito faz no decorrer da sua pesquisa.

Diferente de métodos rígidos, a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas processualidades.



Referências bibliográficas

- BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓZIA, Liliana da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v.1.
- Descartes, René. **Discurso do Método**. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- FARINA, Cynthia. **Artifícios Perros. Cartografia de um dispositivo de formação**. In: 30^a Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação, 2007, Caxambu -MG. ANPED 30 anos. Pesquisa e compromisso social. Timbaúba, PE: Espaço Livre, 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/grupo_estudos/GE01-2759--Int.pdf>. Acessado em 25 de nov. 2009.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- GOMES, Pedro Gilberto. O processo de midiaticização da sociedade e sua incidência em determinadas práticas sociossimbólicas na contemporaneidade. A relação mídia e religião. In: FAUSTO NETO, Antonio... [et al] (Orgs). **Midiaticização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.
- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- KUHN, Thomas Samuel. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em Comunicação**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- MARRE, Jaques. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Porto Alegre: UFRGS (mimeo), 1991.
- MASTERMAN, Margaret. A natureza dos paradigmas. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (orgs.). **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1979.
- MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **Revista de antropologia**, vol. 39, n^o 1. São Paulo: USP, 1996.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓZIA, Liliana da. (Orgs.). **Pistas**



do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009

PLATÃO. **Teeteto.** Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000068.pdf>> Acessado em 22 dez. 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry (*et al.*). **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSÁRIO, Nísia Martins do. Mitos e Cartografias: novos olhares metodológicos na comunicação. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa:** projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SODRÉ, Muniz. Ciência e método em comunicação. In LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org). **Epistemologia da Comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas.** São Paulo: Ed. 34, 2002.